

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

REQUERIMIENTO N° , DE 2016

(Do Sr. Paulão)

Solicita que seja convocado o Exmo. Ministro do Esportes, Senhor Leonardo Carneiro Monteiro Picciani, para prestar esclarecimentos a respeito do cancelamento edital que prevê investimentos no esporte de alto rendimento especificamente em modalidades olímpicas.

Senhor Presidente.

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, caput, e 58, § 2º, ambos da Constituição Federal e na forma dos arts. 32, XI, 'b', e 219, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja aprovada a convocação do Excelentíssimo Senhor Leonardo Carneiro Monteiro Picciani, para prestar esclarecimentos a respeito do cancelamento edital que prevê investimentos no esporte de alto rendimento especificamente em modalidades olímpicas.

JUSTIFICATIVA

O novo Ministro dos Esportes do Governo Interino, sem aparente justificativa e sem avaliação da política pública da área, cancelou edital que prevê apoiar projetos no campo do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas da ordem de R\$ 150 milhões. Este edital cancelado, está voltado para a melhoria da performance dos atletas brasileiros na perspectiva da olimpíada de 2020.

A matéria transcrita a seguir mostra a repercussão negativa da medida junta a comunidade esportiva.

Guilherme Costa e Vinicius Konchinski

Do UOL, no Rio de Janeiro

O Ministério do Esporte interrompeu a negociação de projetos para apoio a atletas no período posterior à Rio-2016. Em seu primeiro mês à frente do órgão, o ministro Leonardo Picciani (PMDB) suspendeu um edital de R\$ 150 milhões que visa justamente a garantir que os investimentos governamentais em modalidades olímpicas tenham continuidade depois do fim dos Jogos deste ano, que começam no dia 5 de agosto.

O lançamento do edital foi uma das últimas medidas do governo Dilma Rousseff na área esportiva. A chamada pública para projetos ligados a esportes olímpicos foi publicada no Diário Oficial no último dia 11, um dia antes de o Senado Federal aprovar o afastamento temporário de Dilma.

O ministro do Esporte da época, Ricardo Leyser, havia declarado dias antes da divulgação do edital que ele seria fundamental para o legado esportivo da Olimpíada porque daria continuidade ao investimento governamental em atletas e confederações esportivas. Apesar disso, o novo ministro Picciani resolveu reavaliar a chamada pública. Por isso, determinou sua suspensão na quarta-feira (1º).

A medida surpreendeu confederações esportivas e revoltou dirigentes. “Como estar focado numa reta final de preparação olímpica se não sei como minha confederação vai pagar suas contas daqui a alguns meses? ”, questionou Ricardo de Moura, diretor-executivo da CBDA (Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos), em tom de indignação. “[A suspensão] sequer foi discutida”, completou.

Antonio Carlos Gomes, superintendente de alto rendimento da CBAT (Confederação Brasileira de Atletismo), também reclamou da falta de conversa do governo com as entidades esportivas. Segundo ele, a suspensão põe em xeque os projetos de preparação de atletas já para os Jogos Olímpicos de 2020, que acontecerão em Tóquio. “Fiquei sabendo [da medida] porque saiu no Diário Oficial”, disse. “É muito preocupante. Começamos a desenhar o projeto pós-olimpíada e queremos no próximo ciclo um plano fechado para quatro anos”.

Projetos de até R\$ 35 milhões paralisados

Confederações de atletismo e desportos aquáticos são exemplos de instituições que poderiam se candidatar para receberem recursos que seriam distribuídos por meio do edital suspenso. Segundo o edital, R\$ 150 milhões estavam reservados no Orçamento deste ano para atender pedidos das entidades esportivas. Cada uma delas teria direito de receber até R\$ 35 milhões.

Picciani tomou conhecimento do edital assim que assumiu o Ministério do Esporte, no dia 12. No dia 20, quando visitou o Parque Olímpico da Barra da Tijuca, chegou a ser questionado sobre a chamada pública. Informou que, a princípio, sua intenção era mantê-la. Dias depois, entretanto, mudou de ideia.

Procurado pelo UOL Esporte, o Ministério não deu qualquer indicativo sobre o relançamento da chamada pública. Em comunicado, o órgão informou que a suspensão está em “conformidade com a decisão já anunciada pelo ministro Leonardo Picciani de reavaliar contratos e atos administrativos da pasta”. Ressaltou também que “a suspensão do edital não afeta a preparação dos atletas para os Jogos Olímpicos e os Jogos Paraolímpicos Rio 2016”.

É função desta Comissão monitorar e fiscalizar o andamento da gestão das políticas públicas. Nesse sentido, faz necessários os esclarecimentos do Ministro sobre o tema.

Sala da Comissão, em 14 de junho de 2016.

Paulão - PT/AL

Deputado